

# TRAVESSIA SEM FIM

## A luta das mulheres venezuelanas para se adaptar à nova vida no Brasil

PÂMELA DIAS

pamela.dias@oglobo.com.br

Chegou um momento, em dezembro de 2021, que a venezuelana Eliane Milano, de 24 anos, não aguentou mais a fome. Com as fronteiras fechadas devido à pandemia, ao lado do marido e da irmã, ela se submeteu às “trochas” — caminhos clandestinos por onde cruzam milhares de pessoas em busca de vida digna no Brasil.

Como a maioria de sua geração, Eliane fez uma viagem de quatro dias da Cidade Guayana até Manaus, uma das portas de entrada dos migrantes. As horas que pareciam infinitas no ônibus e os vários quilômetros de caminhada não abalaram o desejo da jovem de encontrar a mãe, Ana Maria Mendoza, que veio para o Brasil ainda em 2019 em busca de emprego. Do pouco que ganhava como empregada doméstica, metade ia para a filha conseguir fazer as refeições e ainda reservar parte aos “trocheros”, os homens responsáveis pela travessia irregular na fronteira.

— Minha mãe veio para o Brasil com a minha avó. Foram dois anos de tristeza, sem saber como seria a vida, até que decidi migrar também, para tentar uma nova oportunidade e por sentir falta da minha mãe. No começo, as coisas foram muito difíceis aqui por falta de emprego, mas a vida está melhor que antes — recorda.

Eliane é uma entre os mais de 850 mil venezuelanos que chegaram ao Brasil entre 2017 e janeiro deste ano, na chamada migração forçada. Ao todo, 48% dos refugiados venezuelanos são mulheres. Segundo uma pesquisa da FioCruz em parceria com a Universidade Federal do Maranhão, elas fogem da Venezuela por três principais fatores: fome, saúde precária e violência.

Dados do estudo, que ouviu mais de 2 mil mulheres



Nos braços. Mãe com bebê em acampamento de refugiados; ter melhores condições para o filho é um dos principais motivos para venezuelanas virem ao Brasil

entre 2018 e 2021, mostram que a maioria das venezuelanas refugiadas tem idades entre 24 e 35 anos, possui ensino médio completo e tem alta taxa de fecundidade. Entre elas, 54% deixaram o país natal por dificuldade de conseguir alimento; 37,8% para ter acesso a serviço de saúde; 27,3% por conta da violência; e outras 23,2% vieram em busca de trabalho.

— A situação das mulheres que vêm desacompanhadas é ainda pior porque elas ficam mais suscetíveis a sofrer violência física, discriminação e até a abusos sexuais dos trocheros. Em alguns casos, eles exigem favores sexuais como uma forma de pagamento adicional e não previsto. A Covid agravou a demanda pela saúde — explica a coordenadora

da pesquisa na FioCruz, Mariana do Carmo Leal.

Na área da saúde, as venezuelanas buscam o Brasil tanto para ter atendimento próprio quanto para o cuidado dos filhos. Segundo o estudo, 40% têm dois ou três filhos, e 16%, quatro ou mais. Cerca de 200 mulheres entrevistadas chegaram grávidas, com o desejo de dar início ao pré-natal.

### ADEUS, SISTEMA

Foi o caso da professora de música Alejandra García, de 27 anos. A professora decidiu abandonar o Sistema Nacional de Orquestras da Venezuela, projeto que se tornou famoso em todo o mundo por promover a integração social de jovens através da música, e onde trabalhou por mais de 15 anos, para conseguir um

“A situação das que vêm desacompanhadas é ainda pior porque elas ficam mais suscetíveis a sofrer violência física, discriminação e até a abusos sexuais”

Mariana do Carmo Leal, pesquisadora da FioCruz

“A primeira vez que fui a uma Unidade Básica de Saúde, uma enfermeira me mandou retornar quando aprendesse a falar português”

Alejandra García, refugiada

parto seguro no Brasil.

Alejandra e o marido deixaram o país natal quando ela estava com dois meses de gravidez. Segundo a professora, em Puerto Ayacucho, onde vivia, não havia insumos para parto natural nem para cesariana.

— Tinha casa e carro na Venezuela, mas não tinha como trazer minha filha ao mundo nem suficiente para nos sustentar — afirma Alejandra.

Hoje, com a filha de 1 ano e grávida novamente de quatro meses, a professora diz que tem uma vida melhor, apesar de estar longe do marido, que foi trabalhar em Santa Catarina. O pior, cita, é que ainda é alvo de preconceito em postos de saúde em Manaus.

— A primeira vez que fui a uma Unidade Básica de Saú-

de aqui, uma enfermeira me mandou retornar quando eu aprendesse a falar português, porque falando espanhol ela não ia me atender. Ainda acontece, às vezes — reclama.

Por causa dos gastos a mais e do trajeto exaustivo, cerca de 25% das mães venezuelanas disseram ter deixado pelo menos um filho no país de origem. Na sua autoavaliação, foram as que apontaram pior estado de saúde, assim como as que sofreram algum tipo de violência no percurso até a chegada ao Brasil.

Muitas eram adolescentes grávidas e chegaram sozinhas. No geral, as mães migram em busca de educação e tratamento de saúde para os filhos. Quando deixam filhos na Venezuela, o maior desejo é mandar dinheiro para que eles venham. Elas não rompem os laços — explica a coordenadora do estudo na UFMA, Zeni Lamy.

### OPERAÇÃO ACOLHIDA

Uma das políticas criadas no Brasil para garantir o atendimento humanitário aos venezuelanos em Roraima foi a Operação Acolhida, em 2018. Mas com o grande volume de emigrados, o trabalho está precarizado.

— No Brasil, por não haver leis de migração com respeito de gênero, as mulheres acabam continuando na vulnerabilidade — afirma Larissa Lopes, pesquisadora do Nexu, grupo que debate segurança e desenvolvimento global na Universidade Federal Fluminense.

De 2018 a janeiro deste ano, mais de 94 mil venezuelanos foram enviados pela Acolhida a mais de 920 municípios brasileiros, principalmente Curitiba, São Paulo e Chapicó (SC). Mas nessas cidades, as mulheres têm apenas 27,3% dos empregos dos refugiados.

— Ainda estou no abrigo, acreditando que, em um mês e meio, poderei ir para Santa Catarina encontrar meu marido. Não tem sido fácil, mas acho que, em algum momento, os frutos de todo esse sacrifício serão vistos, porque dói muito — diz Alejandra.

Com a crise no país nos últimos sete anos, no governo de Nicolás Maduro, 7,1 milhões de venezuelanos (cerca de 20% da população) são hoje migrantes ou refugiados em diferentes partes do mundo, segundo a ONU.

## ANTÔNIO GOIS

antonio.gois@oglobo.com.br



## Sem saída fácil no ensino médio

Nesta semana passada, o MEC criou um grupo de avaliação e reestruturação da reforma do ensino médio, em meio a um debate oposto entre relevantes do campo educacional que pedem a suspensão total da política e outros que defendem uma revisão. Seja qual for o resultado dessas discussões, o caminho não será fácil.

Os debates que, por vias tortuosas, resulta-

ram no atual modelo começaram em 2012, no governo Dilma e na gestão de Aloizio Mercadante no MEC, quando foi criada no Congresso uma comissão para propor a reformulação desta etapa. Dali nasceu um projeto de lei de autoria do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG). Era ainda debatido quando, em 2017, o governo Temer tomou a polémica decisão de acelerar sua tramitação via medida provisória. A possibilidade de escolha de aprofundamento em cinco opções formativas foi mantida, mas pontos importantes, como partes relativas à carga horária e estrutura curricular, foram modificados na versão aprovada.

Em 2018, o programa de governo da candidatura derrotada de Fernando Haddad à Presidência propunha revogar a reforma, promessa que não apareceu nos compromissos de Lula em 2022. Quando questionado diretamente sobre essa opção, Reginaldo Lopes (PT-MG), falando como representante do atual presidente na campanha, também rejeitou essa hipótese, postura até agora mantida pelo atual ministro de Educação, Agnola Santana (PT-CE).

O debate sobre o que fazer com o Novo Ensino Médio ganhou força depois de pesquisas co-

mo da Rede Escola Pública e Universidade terem identificado situações como falta de professores, aumento da carga horária via ensino a distância e menor possibilidade de escolhas de itinerários em escolas que atendem alunos de menor nível socioeconômico em São Paulo, estado mais rico do Brasil. Relatos como os de uma reportagem de O GLOBO deste mês mostrando que parte da carga horária de disciplinas tradicionais estava sendo substituída por aulas com

“Num país vivendo em desigualdade, sempre há o risco de que mudanças em busca de melhorias acabem aprofundando o problema”

“Sua situação como legadas forma agravadas pela ausência de coordenação do MEC na gestão Boldsano. Para piorar, o governo anterior ainda criou expectativas irreais ao produzir vídeos de lançamento do Novo Ensino Médio em que só faltava aparecer o lema “seus problemas acabaram” das Organizações Tabajara.”

Se o MEC confirmar o caminho de revisão sem revogação da reforma, precisará dar

respostas satisfatórias à sociedade sobre como pretende resolver esses e outros problemas identificados. Entre tantos cuidados, num país vivendo em desigualdade, nunca pode ser desprezado o risco de mudanças que busquem ampliar opções resultarem em aprofundamento do problema, por falhas no desenho ou em sua implementação.

Mas o caminho da revogação tampouco é simples. Além de vencer ou convencer MEC e secretários de educação de que essa é a melhor opção, as mudanças precisariam passar pelo Congresso. Como os partidos de esquerda — mesmo se coesos — são minoritários, seria necessário contar com votos de parlamentares legados como os PSD, PSDB, Podemos, além do MDB de Michel Temer e do União Brasil de Mendonça Filho, ministro da Educação no ano da MP enviada ao Congresso. E ainda precisaremos aprofundar o debate sobre o que colocar no lugar. Voltaríamos ao também crítico modelo anterior, ou migraríamos para algo novo?

Dificilmente sairá um consenso deste debate, mas já será um ponto positivo se as discussões ocorrerem de forma qualificada, democrática e com respeito às opiniões divergentes.